

Projeto Político- Pedagógico elaborado com as comunidades

Alavanca do Mapa Sistêmico

Realização:

CIDADE ESCOLA
APRENDIZ

Apoio:

 **imaginable**
futures

**Projeto Político-
Pedagógico elaborado
com as comunidades**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Projeto político-pedagógico elaborado com as comunidades [livro eletrônico] : alavanca do mapa sistêmico / Bergman de Paula Pereira ... [et al.]. -- São Paulo : Associação Cidade Escola Aprendiz, 2026.
PDF

Outros autores: Giulia Luz Garuzi, Helena Freire Weffort, Heloísa H. D. Martins Proença
ISBN 978-85-64569-51-5

1. Comunidades 2. Educação 3. Educação integral
4. Participação social 5. Projeto Político Pedagógico
I. Pereira, Bergman de Paula. II. Garuzi, Giulia Luz.
III. Weffort, Helena Freire. IV. Proença, Heloísa H. D. Martins.

26-357979.0

CDD-379.154

Índices para catálogo sistemático:

1. Projeto político pedagógico : Educação 379.154

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

Ficha Técnica

PUBLICAÇÃO

Coordenação da publicação

Helena Freire Weffort

Autoras

Bergman de Paula Pereira

Giulia Luz Garuzi

Helena Freire Weffort

Heloísa H. D. Martins Proença

Leitura crítica

Jaqueline Lima Santos

Revisão ortográfica

Paula Craveiro

**Projeto: Territórios
Educativos e Educação
Integral em contexto de
crise: caminhos para a
transformação de redes
e escolas brasileiras**

Gestão

Helena Freire Weffort

Assessoria

Maria Thereza Marcílio

Pesquisadoras e Formadoras

Bergman de Paula Pereira

Giulia Luz Garuzi

Heloísa H. D. Martins Proença

CIDADE ESCOLA APRENDIZ

Direção Colegiada

Paula Patrone

Raiana Ribeiro

Roberta Tasselli

Diretoria Institucional

Paula Patrone

Diretoria de Programas

Raiana Ribeiro

Diretoria de Comunicação para o Desenvolvimento

Roberta Tasselli

Gerente de Programas

Maíra da Costa

Apoio

Imaginable Futures

Sumário

Mapa Sistêmico

Projeto Político-Pedagógico elaborado com as comunidades

Ciclo: Elaboração participativa e democrática do PPP

Ciclo: Fomento a espaços de participação e gestão democrática na escola

Ciclo: Comunicar e acompanhar para fortalecer o compromisso coletivo com o PPP

Mapa Sistêmico



Projeto Político- Pedagógico elaborado com as comunidades

A elaboração democrática e participativa do Projeto Político-Pedagógico (PPP) de escolas é uma premissa legal e uma conquista histórica da educação pública, desde pelo menos a Constituição Federal de 1988.

Apesar disso, a mobilização e o envolvimento da comunidade na escola de modo geral e na construção do projeto político, em particular, continua sendo um enorme desafio.

Apresentamos três ciclos diretamente relacionados ao fortalecimento da participação na escola e dos vínculos do seu projeto pedagógico ao território:

- Elaboração participativa e democrática do PPP, em articulação com a escola e o território;
- Fomento à participação e fortalecimento ao sentimento de pertença à comunidade escolar e seu projeto pedagógico;
- Fortalecimento do compromisso coletivo com o PPP: elaboração de plano de comunicação, monitoramento e avaliação.

A Constituição Federal de 1988; a Lei nº 9.394/1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs); a Base Nacional Comum Curricular (BNCC); e, mais recentemente, a Lei nº 14.644/2023, de Instituição de Conselhos Escolares e de Fóruns dos Conselhos Escolares, são os principais pilares que sustentam a elaboração de currículos participativos.

- **Constituição Federal de 1988:** em seu artigo 205, a Constituição estabelece que a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família, promovida “com a colaboração da sociedade”. Essa colaboração é a base para a participação social em todo o processo educacional, incluindo a elaboração curricular.
- **Lei nº 9.394/1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB):** a LDB reforça o princípio da gestão democrática do ensino público no artigo 14, o que inclui a participação de profissionais da educação, estudantes e da comunidade. Essa lei também garante a autonomia das escolas para elaborar seus Projetos Político-Pedagógicos (PPP), que devem refletir a sua realidade e a de sua comunidade. O PPP é o documento mais importante que orienta a prática pedagógica da escola, e sua construção deve ser coletiva e participativa.
- **Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs):** as DCNs são normas obrigatórias para a Educação Básica que orientam a elaboração dos currículos. Elas também reforçam a importância da flexibilidade curricular, permitindo que as redes de ensino e as escolas adaptem o currículo à sua realidade. Essa adaptação exige a participação de todos os atores da comunidade escolar.
- **Base Nacional Comum Curricular (BNCC):** a BNCC, documento normativo para todo o país, estabelece os direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para todos os alunos brasileiros. A BNCC, porém, não é o currículo em si. Ela serve como uma refe-

rência para a elaboração dos currículos estaduais e municipais, que devem ser contextualizados. A autonomia para essa contextualização e adaptação, como prevista na BNCC, estimula a participação social na definição dos currículos locais e dos projetos pedagógicos.

- **Lei nº 14.644/2023, de Instituição de Conselhos Escolares e de Fóruns dos Conselhos Escolares:** altera diretamente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e institui os Conselhos Escolares como o principal mecanismo para a gestão democrática nas escolas públicas. Essa lei transforma o princípio da gestão democrática, previsto na Constituição e na LDB, em uma exigência formal; define o Conselho Escolar como o órgão máximo de tomada de decisão em cada escola; e transfere ao conselho a responsabilidade de participar da gestão pedagógica, administrativa e financeira da escola, o que significa que o conselho tem poder de decisão sobre o PPP, o uso dos recursos e as regras de convivência da instituição.



Ciclo: Elaboração participativa e democrática do PPP

(...) apesar de o Projeto Político-Pedagógico ser um documento público, muitas pessoas de uma comunidade escolar nem sabem da existência dele. (...) mesmo sendo professora, não tive [nas demais escolas em que atuei] acesso a esse documento, muito menos participação em sua construção. Ter a chance de participar desse processo fez com que eu me sentisse de fato uma especialista em educação, pois o conhecimento que adquiri ao longo dos anos foi valorizado. Além disso, me trouxe uma sensação de pertencimento, que ia muito além de apenas trabalhar em um local, mas sim de fazer parte de uma história e de ser uma de suas protagonistas. Uma das protagonistas, pois nessa história que relatamos são muitas.

*Priscilla de Lima Rocha, "Gestão democrática é coisa de quem?"
In: **Vozes Nelson Mandela.***

A relevância de um PPP, como sugere a professora Priscilla, está intrinsecamente relacionada à participação da comunidade em sua elaboração. Aprofundar a participação, valorizando e reconhecendo o protagonismo das pessoas envolvidas, especialmente de grupos historicamente discriminados e silenciados no espaço educacional, gera pertencimento, engajamento e contribui para a reflexão e o aprimoramento contínuo das práticas.

O PPP orienta o ideal de qualidade que uma comunidade almeja alcançar. Mas, de acordo com os princípios da Educação Integral Antirracista, esse ideal precisa ser definido observando-se os saberes do território e as dinâmicas socioculturais locais. Porque a realidade social e educacional é viva, o PPP precisa ser um documento que também leve ao movimento, devendo ser consultado e, de tempos em tempos, revisto, avaliado e reformulado. Nesse sentido, é um documento vivo, em constante transformação.

E é exatamente desta capacidade de refletir e atuar sobre a realidade social em que a escola está inserida que trata a **dimensão política do PPP**. Isso também significa que ele não é um documento neutro, mas, sim, um instrumento de transformação que busca formar cidadãos críticos e participativos. Ele representa a tomada de decisão coletiva da comunidade escolar (educadoras e educadores, estudantes, famílias e funcionárias e funcionários) sobre o tipo de sociedade que se deseja e o papel da escola nesse processo, promovendo a gestão democrática e a autonomia.

Já a **dimensão pedagógica do PPP** diz respeito à forma como a escola organiza seu trabalho educativo para alcançar os objetivos propostos. Nela, são definidos os princípios, as metodologias de ensino, as estratégias de avaliação, o currículo e as práticas pedagógicas adotadas para garantir a aprendizagem e o desenvolvimento integral dos alunos. Essa dimensão detalha o “como fazer” na prática, traduzindo as intenções políticas em ações concretas dentro da sala de aula e no ambiente escolar, assegurando que o projeto educacional seja coerente e eficaz na sua missão de formar o ser humano.

Um PPP contextualizado, portanto, é aquele que vai além dos marcos legais nacionais e abraça a realidade específica da comunidade escolar. Ele se constrói a partir do reconhecimento e da valorização dos saberes e das práticas locais, incorporando-os como ponto de partida para a aprendizagem. Isso significa que a escola utiliza a história, a cultura, a economia

e as tradições do bairro ou da cidade para dar sentido ao conteúdo ensinado, tornando o aprendizado mais relevante e significativo para estudantes. Ao inserir a comunidade no processo educativo e reconhecer as identidades locais, o PPP contextualizado não só enriquece o currículo, como também fortalece o pertencimento dos estudantes, que passam a se ver como protagonistas na construção de sua própria história e na transformação de seu entorno social.

A articulação escola-território também é favorecida pelo mapeamento dos potenciais educativos, em que são identificados agentes, espaços e dinâmicas locais que contribuam com a pluralidade de saberes e repertórios, fundamental para a formação cidadã de estudantes, suas famílias e para o desenvolvimento socioterritorial do bairro como um todo.

A pesquisa dos potenciais educativos do seu território é, em si mesma, uma possibilidade de mobilização de pessoas, coletivos e instituições atuantes dentro e fora da comunidade escolar. Articulados, esses parceiros podem atuar na escola como agentes pedagógicos. São eles, os estudantes, as famílias, os profissionais da educação e de secretarias, bem como lideranças comunitárias, grupos artísticos, ONGs etc., que juntos passam a representar a diversidade de olhares do território.

A seguir, alguns dos potenciais educativos¹ dos territórios que podem ser mapeados e incorporados ao PPP de uma escola, para tornar o aprendizado mais significativo e conectado com a realidade de suas e seus estudantes:

1) Saberes e Práticas Culturais

O território é um repositório de conhecimentos ancestrais e práticas culturais. No PPP, isso pode se manifestar na inclusão de:

História e memória local: resgate de histórias orais, lendas e a trajetória de figuras importantes da comunidade.

Festas e tradições: estudo e participação em festas populares, manifestações artísticas e rituais que fortalecem a identidade cultural.

Artesanato e culinária: aprendizagem sobre técnicas artesanais, culinária típica e sua importância econômica e cultural.

2) Questões socioambientais

O ambiente local oferece um laboratório vivo para a educação ambiental e social. O PPP pode utilizar o território para trabalhar:

Ecologia e sustentabilidade: estudo de rios, matas, fauna e flora locais, com projetos de conscientização ambiental e práticas de sustentabilidade.

1 Para saber mais sobre o conceito de Saberes Locais e seus diferentes aspectos, acesse: educacaoeterritorio.org.br/especiais/curriculo-da-cidade-educadora/saberes-do-territorio. E aqui, uma referência mapeamento dos Potenciais Educativos do território, disponível em: educacaointegral.org.br/metodologias/como-realizar-um-mapeamento-dos-potenciais-educativos.

Problemas urbanos: análise crítica de questões como saneamento básico, mobilidade urbana, habitação e violência, buscando soluções em conjunto com a comunidade.

Saúde comunitária: compreensão sobre as doenças endêmicas, a importância da atenção primária e o papel dos agentes de saúde locais.

3) Economia e trabalho

O território revela as dinâmicas econômicas e as relações de trabalho que moldam a vida local. Isso pode ser abordado no PPP por meio de:

Atividades produtivas: conhecimento sobre a agricultura, o comércio, a indústria ou o extrativismo da região, entendendo seus impactos sociais e ambientais.

Empreendedorismo e cooperativismo: estudo sobre as iniciativas locais de economia solidária, empreendedorismo e a organização de cooperativas.

Profissões e ofícios: valorização dos ofícios tradicionais e compreensão das novas demandas do mercado de trabalho local.

4) Espaços e dinâmicas de cidadania

O território é o palco onde a cidadania se manifesta. A escola pode utilizar esses espaços para desenvolver:

- **Participação política:** estudo sobre o funcionamento de órgãos públicos, conselhos municipais e associações de bairro.
- **Movimentos sociais:** análise e compreensão dos movimentos sociais locais, suas lutas e reivindicações.
- **Equipamentos públicos:** utilização de bibliotecas, centros culturais, praças e parques como ambientes de aprendizado e lazer.

Ao incorporar esses elementos no PPP, a escola não apenas contextualiza o currículo, como também se transforma em um centro de referência para a comunidade, fortalecendo a relação entre educação e território e formando cidadãos mais conscientes e engajados.

Juntos, sujeitos e seus territórios tornam-se capazes de promover novos olhares e experiências pedagógicas, contribuindo para que o PPP se enriqueça com um olhar plural e diversificado de epistemologias, linguagens e metodologias, alinhadas ao paradigma da Educação Integral Antirracista.

Então, como mobilizar para a transformação? Como o PPP pode apoiar nesta jornada? Três ações são centrais para a implementação de um processo participativo de elaboração de PPP:

1. **Comitês de Mapeamento:** para avaliação do projeto político-pedagógico vigente, organização, pesquisa e identificação de novos caminhos de ensino-aprendizagem, caberá a criação de Comitês de Mapeamento, organizados em diferentes frentes de trabalho temáticos (meio ambiente, alimentação, participação comunitária, currículo, saberes locais e potenciais educativos etc.);
2. **Pesquisa pedagógica:** levantamento de fontes, experiências, identidade comunitária existentes até o presente momento e de materiais inspiradores para o aprimoramento das práticas pedagógicas;
3. **Sistematização:** registro voltado para a memória e a capacitação de novos profissionais, e como instrumento de avaliação e aprimoramento contínuos.

Nota-se que neste ciclo de elaboração participativa do PPP, a comunicação cumpre um papel estratégico, por ser uma ferramenta essencial na mobilização de novos atores da rede. Esperamos que essas reflexões e breves orientações sejam inspiradoras para a mobilização pela construção de um PPP contextualizado no território.



Ciclo: Fomento a espaços de participação e gestão democrática na escola

“A democracia é também valor e cultura. Os valores e as culturas são construídos nas práticas, nas experiências, nas relações.”

Helena Singer (Construir a democracia é tarefa cotidiana da educação)

A democracia é fruto da relação entre as pessoas, em seus contextos. Um PPP é um documento que revela relações e contextos específicos. Diferente de um documento puramente técnico, o PPP organiza demandas e compromissos considerados prioritários por uma comunidade escolar ativa, em torno dos quais estabelece metas e estratégias pactuadas coletivamente.

A escola, como microcosmo da sociedade, é o local ideal para a vivência e o aprendizado da democracia. Mais do que um mero conceito a ser ensinado em sala de aula, a democracia deve ser praticada no cotidiano escolar, permeando as relações e as decisões. A convivência democrática no ambiente escolar se manifesta na participação ativa de estudantes, pais, professores e funcionários na gestão da instituição, na escuta atenta das diferentes opiniões, no respeito às divergências e na busca por consensos ou acordos. É na prática do diálogo, da autonomia e da responsabilidade compartilhada que a escola se torna um espaço de formação de cidadãos conscientes, críticos e capazes de atuar na transformação da realidade social, compreendendo que a democracia é um processo contínuo de construção coletiva.

A convivência democrática na escola é crucial para a formação de cidadãos mais justos e respeitosos. Em um ambiente escolar diverso, no qual se encontram indivíduos com distintas origens sociais, culturais, econômicas, etnias, gêneros e crenças, a prática da democracia se torna um exercício diário de respeito e empatia. Ao aprender a dialogar e a negociar em meio a opiniões e visões de mundo divergentes, estudantes não apenas desenvolvem habilidades de comunicação e resolução de conflitos, mas também internalizam o valor da pluralidade e da igualdade de direitos. A escola, ao promover essa convivência, consolida-se como um espaço seguro e inclusivo, onde as diferenças não são motivo de conflito ou violência, mas, sim, uma fonte de enriquecimento e de aprendizado mútuo.

A participação mais ampla e diversa possível é o que movimenta e dá sentido à elaboração do PPP. E as equipes escolares só têm a ganhar com uma produção verdadeiramente coletiva. Além de tornarem-se mais coesas, o diálogo com as famílias e comunidade lhes darão mais condições de envolvê-las nos processos que demandem sua contribuição, assim como de construir formas de comunicação que aproximam a comunidade das escolas, possibilitando a construção de outras práticas educativas, inclusive mais colaborativas.

Por isso, a dimensão “política” do documento decorre da construção dos sentidos e significados construídos com a comunidade, que discute com as equipes de profissionais o que deseja para si² e assume seu lugar na participação comunitária.

Mas sabemos que se a gestão participativa e democrática é um valor presente na nossa legislação educacional – na Constituição Federal, na LDB e

2 Sistematização final de Elie Ghanem, no curso de extensão Escolas 2030: educação integral e transformadora, disponível em: www.youtube.com/watch?v=MT3RjIY_BLY (Encontro 4: Gestão e colaboração).

no PNE³ –, somos culturalmente ainda profundamente marcados por uma tradição autoritária e racista. No cotidiano, a participação, o diálogo e a construção da autonomia não são experiências para as quais nos sentimos plenamente preparados; não fomos educados para a sua prática. Ao contrário, são inúmeras as nossas dificuldades e a relação historicamente problemática entre escola e família é, em parte, retrato disso.

Assim, uma possibilidade de trabalho no sentido de alavancar a elaboração democrática do PPP é a identificação e reflexão sobre como a participação acontece nas escolas e em outras organizações e espaços do território para que se priorize, a partir daí, um tipo de espaço ou instância formal de participação em relação ao qual serão propostos e experimentados aprimoramentos.

3 A Constituição Federal refere-se à gestão democrática do ensino público. A Lei de Diretrizes e Bases menciona a construção da proposta pedagógica em parceria com os atores escolares. A gestão democrática é a meta 19 do Plano Nacional de Educação (2014-2024).

O guia metodológico *A participação de crianças e adolescentes e os Planos de Educação*, elaborado pela Ação Educativa, trata de três dimensões da participação que precisam ser consideradas aqui:

A palavra participação nasce da palavra ‘parte’ e tem a ver com a possibilidade da gente

FAZER PARTE: de um grupo de amigas e amigos; de uma família; de um time; de uma banda de música; de uma equipe; de um grêmio estudantil; da comunidade do nosso bairro; do nosso país; do nosso planeta; do universo, tão imenso, cheio de estrelas tão lindas; e de muitas outras coisas...

TOMAR PARTE das escolhas e decisões do que pode ser bom para a gente, para o nosso grupo de amigos, para a nossa família, para a nossa comunidade, para a nossa escola, e outros grupos que a gente faz parte.

TER UMA PARTE de alguma coisa que deve ser dividida entre todos e todas para que a gente conquiste uma vida melhor.

O guia metodológico *A construção e a revisão participativa de Planos de Educação*, produzido pela Ação Educativa, aponta cinco tipos de participação sobre os quais precisamos nos debruçar para definir aquele nós queremos:

A participação figurativa: a partir dela, os processos participativos acontecem, é estimulada a mobilização da sociedade, acontecem eventos e atividades, mas pouco ou nenhuma atenção é dada às propostas e aos resultados dos processos. Tal participação pouco ou nada impacta o processo de tomada de decisão das metas dos planos de educação e de outras ações ou políticas do Poder Público, mas é exibida como grande fato político.

Participação controlada: a preocupação aqui reside em controlar ao máximo a escolha de quem pode participar e os conteúdos que podem ser abordados no processo participativo, incidindo explícita ou implícita-

tamente para excluir grupos ou pessoas ou coletivos que possam trazer críticas ou expor divergências que “atrapalhem o bom andamento do processo”. Muitas vezes, o processo participativo já nasce de um mapeamento de quem é “aliado” e de quem é “adversário”.

Participação colaborativa: nessa perspectiva, um dos verbos mais utilizados é o “ajudar” e se esvazia a dimensão política dos processos. Entende-se que a participação deve ser mobilizada para que a sociedade colabore com o Estado na implementação de políticas e prioridades já definidas previamente, ou seja, as quais não estão em questão nos processos participativos. Muitas vezes, tal perspectiva é associada a propostas que defendem o enxugamento do Estado e o repasse da execução de políticas públicas para determinados setores sociais.

Participação consultiva: diferente da participação figurativa, aqui estão abertos canais e espaços de diálogo entre Estado e sociedade civil a partir do reconhecimento da dimensão política dos processos participativos. O discurso é bastante assertivo com relação aos princípios democráticos, mas há uma imensa dificuldade de traduzir as deliberações e resultados dos processos participativos em influência na tomada de decisão e em operacionalidade para dentro das políticas públicas. Em decorrência disso, muitas vezes, tais processos e espaços funcionam como “colchões” de amortecimento de conflitos sociais.

Participação burocrática: a partir dessa noção, realiza-se e cumpre-se os rituais participativos de forma burocrática, “como exige a lei”, sem sentido político ou consequência prática na tomada de decisão. A abertura é mínima para dialogar com os resultados do processo e incorporá-los no diagnóstico ou traduzi-los em mudanças nas políticas públicas. Também não há compromisso com a continuidade nem com a articulação de tais processos com o fortalecimento de instâncias participativas.

Nesse sentido, compreender os tipos de participação estimulada nas escolas e organizações do território relevantes para as comunidades escolares é fundamental, pois contribuirá para identificar as expectativas com a participação, o engajamento já conquistado e apontar necessidades de transformação. Para isso, indicamos algumas questões que podem contribuir nessa etapa diagnóstica:

- Quais são as instâncias de participação formais em vigor?
- Como funcionam os Conselhos de Escola, os Conselhos de Classe ou os Grêmios Estudantis? Respeitam as leis que regulamentam essas instâncias?
- Existem assembléias regulares para discussão de situações vividas pelos estudantes e comunidade e construção colaborativa de alternativas?
- Quem são as pessoas que participam dessas instâncias de gestão democrática? Estudantes, docentes, famílias, organizações comunitárias, mulheres, população negra, indígena, imigrante, pessoas com deficiência?
- Qual é o sentido desses espaços de participação para estudantes, familiares e responsáveis, profissionais da educação e outras pessoas da comunidade?
- Quais condições de participação são construídas para o engajamento dessas pessoas? O que poderia ser feito para ampliar a participação e torná-la mais efetiva?
- Para além das instâncias formais de deliberação e participação, quais outros espaços de escuta e troca existem na escola e na comunidade?

E sobre esta última pergunta, vale uma reflexão. Muitas vezes, as instâncias formais nas escolas estão esvaziadas porque também não há espaços de troca, de escuta, de criação coletiva reunindo os diferentes grupos no cotidiano. Rodas de conversa, sessões de cinema, cafés comunitários são apenas algumas das atividades que, feitas com regulari-

dade, podem ser o espaço para escutar as famílias, os estudantes e os profissionais sobre diversos temas, aprofundando os laços comunitários e, eventualmente, favorecendo o engajamento em outros espaços de participação.

Também é possível que existam no território grupos culturais (coletivos jovens, escolas de samba...) ou organizações sociais e comunitárias que produzam vínculos sociais significativos e engajamento em práticas coletivas: os grupos juvenis de *slam*, *saraus*, batalhas, danças, entre outras expressões, são exemplo de ações comunitárias com grande capacidade de mobilização. O que se poderia aprender com outras experiências do território no que diz respeito ao engajamento em práticas comunitárias?

Nesta avaliação das formas de participação vigentes e construção de aprimoramentos, três ações são fundamentais:

- 1. Diagnóstico das condições e formas de participação existentes:** identificar as instâncias e as formas de participação de estudantes, professores, funcionários e comunidade; inventariar diferentes formas de participação (de outras organizações educativas e outras práticas comunitárias); identificar as lideranças da comunidade escolar e território; escuta dos estudantes, profissionais e lideranças sobre os sentidos e funcionamento das instâncias e as formas de participação existentes.
- 2. Estudo e pesquisa** de novas referências para aprimoramento das instâncias e estratégias de escuta e promoção de participação.
- 3. Planejamento e experimentação de novas estratégias:** estruturação de ações e projetos com base no estudo e trocas de experiências.

Esperamos que estas reflexões sejam inspiradoras para o percurso de fortalecimento da participação nas organizações educativas.

Ciclo: Comunicar e acompanhar para fortalecer o compromisso coletivo com o PPP

“Participar da construção do PPP foi uma experiência incrível. Pude conhecer melhor a escola e entender como ela funciona. Além disso, tive a oportunidade de expressar minha opinião e contribuir para a melhoria da escola. Meu filho está muito feliz e eu também.”

Ana Paula, mãe de aluno em uma escola pública em Belo Horizonte

(Fonte: Jornal Estado de Minas, 2019)

“Foi uma experiência muito positiva. Conseguimos entender melhor as políticas da escola e pudemos contribuir com nossas ideias. Agora me sinto mais envolvida na educação dos meus filhos e sei que a escola está trabalhando para atender às suas necessidades.”

Joana, mãe de aluno em uma escola pública em São Paulo

(Fonte: Jornal Folha de S.Paulo, 2020)

“Participar da construção do PPP foi uma oportunidade única. Pude conhecer melhor a escola e seus professores, e entender como meu filho está sendo educado. Fiquei muito feliz em poder contribuir com minhas ideias e ver que elas foram levadas em consideração.”

Maria, mãe de aluno em uma escola pública em Recife

(Fonte: Jornal Diário de Pernambuco, 2021)

A elaboração democrática do PPP é parte importante da construção dos vínculos entre escola e comunidade, mas também das práticas pedagógicas significativas. Um bom trabalho pedagógico também se constitui das relações com o território e da participação da comunidade na escola.

Sendo democrática, a construção do PPP fortalece os processos de participação. Afinal, é muito mais fácil se engajar em algo que fazemos parte e contribuímos, e esse movimento possibilita aprendizagem para todos os envolvidos, como sugerem as falas reproduzidas anteriormente. Elas revelam que a participação possibilita reconhecer os processos educativos das escolas, mas também contribuir efetivamente, quando identificam que suas observações e contribuições foram “levadas em consideração”. No entanto, é preciso reconhecer que, mesmo que a elaboração do PPP funcione nesses casos como uma espécie de “alavanca” para a participação e o engajamento, o documento elaborado não será suficiente por si só para impulsionar as transformações. É necessário que as ações estejam muito bem definidas e compartilhadas com todos os envolvidos, articulando meios para distribuir responsabilidades e monitorar resultados, colaborativamente.

É importante destacar que, além de o PPP ser construído de forma participativa, a gestão democrática precisa ser incluída como tema, princípio e prática nesse mesmo PPP. Essa inclusão não é um mero formalismo, mas uma etapa fundamental para a sua institucionalização e efetivação. Ao ser formalizada no documento, a gestão democrática deixa de ser uma prática informal ou de boa vontade para se tornar um princípio que orienta todas as ações da escola. Essa institucionalização garante a transparência e a legitimidade dos processos de decisão, assegura a participação de todos os segmentos da comunidade escolar (professores, alunos, pais e funcionários) nos conselhos escolares, assembléias e na própria construção do PPP, e estabelece mecanismos para a eleição de representantes e a prestação de contas. Com isso, o PPP se fortalece como um instrumento de garantia de direitos e de democratização das

relações na escola, promovendo a corresponsabilidade e o compromisso coletivo com a construção do projeto educativo.

Este é só o começo de um movimento de construção coletiva e, para que se desdobre de forma sustentável, será importante elaborar um plano de comunicação e acompanhamento alinhado aos objetivos e metas definidos no PPP. Só assim as pessoas envolvidas no processo de discussão poderão compreender as necessidades acordadas e se comprometer com as ações propostas, acompanhando-as em percurso.

Assim, destacam-se dois movimentos metodológicos principais:

1) Instigar a autoavaliação das práticas a partir de dispositivos de acompanhamento do PPP

O compromisso do trabalho pedagógico e da gestão com o desenvolvimento das estratégias necessárias para o alcance das metas definidas no PPP precisa se revelar nas ações cotidianas e, para isso, é preciso haver intencionalidade. Valores, ideias e metas expressas no PPP precisam ser objeto de reflexão e questionamento permanente durante o percurso educativo, pois, de outro modo, seguirão em vigor as premissas que orientam, silenciosamente, as práticas pedagógicas e que, nem sempre, são alinhadas às intenções declaradas no plano.

Para que o processo de análise das práticas aconteça e atenda ao monitoramento das ações de forma objetiva e consistente, é preciso um movimento individual e coletivo. Individual, na medida em que cada participante, implicado com as responsabilidades coletivas, esteja sempre atento ao seu fazer. Coletiva, na medida em que o grupo pode, conjuntamente, analisar as participações de cada sujeito, produzindo decisões coletivas para a continuidade do processo.

Alguns dispositivos capazes de provocar este movimento são:

- estudo e problematização das estratégias pedagógicas em curso em diálogo com os valores e fundamentos do PPP, nos momentos de estudo individual e coletivo;
- autoavaliação das ações desenvolvidas e compartilhamento coletivo dos avanços e daquilo que ainda não foi possível desenvolver;
- tornar visível a todo o corpo docente e à comunidade o que está sendo desenvolvido com os estudantes: suas aprendizagens e os desafios enfrentados: mostras temporárias, seminários, exposição dos trabalhos dos estudantes na escola;
- construção de um painel das metas que torne público a missão do PPP;
- comunicação e participação das pessoas, garantindo condições necessárias para os encontros formativos e com a comunidade escolar (gestão do cronograma, gestão das informações, preparação do espaço, divulgação de convites e fomento à participação)

2) Cultivar continuamente a comunicação com a comunidade de forma a contribuir para a sua mobilização e participação

A comunicação com as pessoas e grupos do território precisa ser permanente. E a diversificação das formas de comunicação também, inclusive com aqueles com os quais a escola já mantém contato frequente - as famílias e os responsáveis dos estudantes. Afinal, o envolvimento no projeto da escola exigirá mais do que o convite à organização de festas ou a chamada para participação nas reuniões em que mães, pais ou responsáveis tomam conhecimento de uma série de informações sobre suas filhas, seus filhos e o funcionamento da escola.

A comunicação não deve ser encarada apenas como um instrumento para divulgar ações, atividades ou resultados de iniciativas na escola. Ela é, na verdade, uma estratégia fundamental de formação, que pode sensibilizar e engajar as pessoas sobre os valores e princípios PPP. Mais do que isso, a comunicação é um campo de disputa de narrativas, no qual se constrói e se fortalece a identidade do projeto. É por meio dela que se busca o convencimento público sobre a importância e a relevância social do trabalho desenvolvido, mobilizando apoio, criando pertencimento e garantindo a sustentabilidade das ações. Uma comunicação eficaz, portanto, vai além da informação; ela é um processo de engajamento, conscientização e legitimação social. Em outras palavras, a forma como utilizamos a comunicação pode angariar pessoas parceiras em todo de um projeto coletivo.

Mais do que a presença pontual em determinados eventos, entendemos que famílias e responsáveis precisam atuar em parceria estreita e cotidiana com a escola. Enquanto agentes ativos no processo escolar, a comunicação e o diálogo devem ser realizados a partir de diferentes estratégias, espaços e meios comunicacionais, a fim de cultivar, continuamente, a sua participação e mobilização. O uso de mídias sociais, a criação de rodas de conversa, a formação de comissões temáticas e o planejamento de encontros permanentes são algumas estratégias para o fortalecimento dos vínculos entre aqueles que constroem o espaço escolar cotidianamente.

É a partir da construção diária de uma comunicação comunitária, isto é, baseada em pertencimento, diálogo e conexão com o território, que será possível fortalecer princípios e tecer ações integradas que promoverão direitos e a melhoria da qualidade de vida para toda a comunidade escolar e seu entorno.

Como iniciar uma comunicação comunitária em seu território? De que outras formas podem se estabelecer a relação entre escola e comunidade? Alguns dispositivos possíveis podem ser:

- Manter um cronograma com **rodas de conversa** com famílias e responsáveis, sobre temáticas diversas: acolhimento das novas famílias, das que acompanham a transição de um ciclo para outro, autonomia dos estudantes, autocuidado e o que mais for de interesse da comunidade e tiver relação com o PPP;
- Desenvolver **estratégias de comunicação diversificadas**, como vídeos, material ilustrativo, *podcast*, entre outros mecanismos, sobre temas relevantes para a educação local e a importância da participação para a construção de uma educação de qualidade e com equidade;
- Manter **canais de coleta de opiniões**, sugestões, críticas:
 - Um mural com notícias da comunidade, junto do qual pode haver uma caixinha para coleta de sugestões, opiniões, um “Se acheque e diga o que o preocupa ou o que quer sugerir”;
 - Um *e-mail* para envio de sugestões;
 - Um livro para registro de sugestões que fica em local de fácil acesso etc.
- Tornar efetivas as **Comissões de Mediação de Conflito**, com reuniões regulares para leitura e conversa sobre mediação de conflitos e abertura para atendimento à comunidade, quando necessário.
- Estimular a comunidade (famílias, responsáveis, estudantes e funcionários) a formar e participar de **Comissões temáticas** que podem se reunir de forma regular ou pontual, conforme a necessidade, como um canal de discussão, troca e contribuição com a gestão

do projeto pedagógico. Os temas podem nascer da discussão da elaboração ou do acompanhamento do PPP. Exemplos de temas: alimentação, uso das áreas verdes na escola ou no território, práticas antirracistas, práticas literárias e o acervo de livros e filmes da escola etc.

Acreditamos ser este um dos caminhos possíveis para tornar o PPP um processo de construção de vínculos e de fortalecimento das práticas pedagógicas. Esperamos que o convite seja estimulante e uma oportunidade para a criação e o aprimoramento das práticas de acompanhamento e comunicação em seus territórios e comunidades escolares.

**Acesse os materiais da pesquisa-ação
pelos seguintes canais:**

cidadeescolaaprendiz.org.br/atuacao-sistematica



www.facebook.com/associacaocidadeescolaaprendiz



www.instagram.com/cidadeescolaaprendiz/



go.aprendiz.org.br/oxjLPD

Realização:

CIDADE ESCOLA
APRENDIZ

Apoio:

 **imaginable**
 futures

